

DOSSIÊ

O JORNALISMO ESPECIALIZADO E ENGAJADO DA REVISTA AZMINA:

pautas feministas e interseccionais



HYVANA RODRIGUES

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe – Brasil
ORCID: 0000-0003-1578-5675

SONIA AGUIAR

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe – Brasil
ORCID: 0000-0001-9041-268X

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1617

Recebido em in: 31/03/2023

Desk Review em: 06/05/2023

Editor de Desk Review: Laura Storch

Revisado em: 28/09/2023

Aprovado em: 10/10/2023

Como citar este artigo: Rodrigues, H. & Aguiar, S. (2023). THE SPECIALIZED AND ENGAGED JOURNALISM OF AZMINA MAGAZINE: feminist and intersectional agendas. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1617. DOI 10.25200/BJR.v19n3.2023.1617

RESUMO – Estudos de jornalismo orientados por questões de gênero têm se intensificado no Brasil, nos últimos anos, tensionando o modo de produção jornalística ancorado em postulados de objetividade e noticiabilidade historicamente excludentes. Este artigo segue essa perspectiva ao analisar os princípios editoriais e o perfil da equipe jornalística da revista digital AzMina, tendo em vista um modelo de jornalismo engajado e especializado nas causas feministas com abordagem interseccional. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, foi possível observar que a revista segue rotinas de apuração e redação legitimadas pelo jornalismo profissional, diferenciando-se na seleção de pautas e no tratamento das fontes de informação, o que demanda um perfil de jornalistas altamente capacitadas na temática em questão.

Palavras-chave: Jornalismo especializado. Jornalismo engajado. Jornalismo feminista. Princípios editoriais.

THE SPECIALIZED AND ENGAGED JOURNALISM OF AZMINA MAGAZINE: feminist and intersectional agendas

ABSTRACT – The growing number of journalism studies guided by gender issues carried out in Brazil in recent years puts tension in the production mode of journalism, which historically has been rooted in objectivity and newsworthiness. This article follows this perspective by analyzing the editorial guidelines and the journalistic team profile at AzMina, a digital magazine that practices a journalism model engaged and specialized in feminist causes with an intersectional approach. Bibliographic review and document analysis showed that the magazine adopts investigative and writing methods legitimized by professional journalism, but differentiates itself with its agendas and information sources, which requires journalists who are highly qualified and educated on the issues it covers.

Key words: Specialized journalism. Engaged journalism. Feminist journalism. Editorial guidelines.

EL PERIODISMO ESPECIALIZADO Y COMPROMETIDO DE LA REVISTA AZMINA: lineamientos feministas e interseccionales

RESUMEN – Los estudios de periodismo orientados por cuestiones de género se han intensificado en Brasil en los últimos años, tensando el modo de producción periodística anclado en postulados de objetividad y noticiabilidad históricamente excluyentes. Este artículo sigue esta perspectiva al analizar los principios editoriales y el perfil del equipo periodístico de la revista digital AzMina, considerada como un modelo de periodismo comprometido y especializado en causas feministas con un enfoque interseccional. A través de una revisión bibliográfica y análisis documental, se pudo observar que la revista sigue métodos de investigación y redacción legitimados por el periodismo profesional, diferenciándose por los lineamientos de agenda y la selección y tratamiento de las fuentes informativas, lo que demanda un perfil de periodistas altamente calificadas.

Palabras clave: Periodismo especializado. Periodismo comprometido. Periodismo feminista. Principios editoriales.

1 Introdução

O jornalismo é universalmente compreendido como uma atividade profissional exercida por jornalistas habilitados (ou reconhecidos como tal), a partir da aplicação de um conjunto de técnicas, métodos e rotinas que possibilitam a produção de notícias e informações atuais, processadas em variados formatos, a partir de critérios pré-estabelecidos. Expressões como “jornalismo profissional”, “jornalismo tradicional”, “jornalismo empresarial” e “boas práticas jornalísticas” são utilizadas para designar o “jeito certo” de se fazer jornalismo “de qualidade”, o que excluiria práticas

orientadas pelo engajamento em causas sociais, por supostamente não serem comprometidas com “a verdade”.

Este artigo – recorte de uma pesquisa mais ampla¹ – segue na contramão desse postulado consagrado com base na premissa de que, apesar desse aparente antagonismo, um crescente número de práticas de jornalismo engajado em causas específicas vem alcançando audiência e credibilidade, justamente por utilizar técnicas de formulação de pautas, seleção de fontes (humanas e documentais), apuração, redação e edição em formatos cada vez mais multimídia e intermediáticos. Mas, então, o que diferenciaria esse modo de fazer jornalismo daquele tradicionalmente reconhecido?

O muitas vezes citado “mapa do jornalismo independente”, recurso interativo elaborado pela Agência Pública², reúne uma variedade de iniciativas coletivas de jornalistas surgidas no ambiente digital que se dedicam a uma variedade de questões sociais, como políticas públicas, migrações, comunidades periféricas, mobilidade urbana, maternidade ativa, antirracismo, inclusão e cidadania, entre outros. Nesse mar de temáticas, uma chama a atenção na produção recente de estudos de jornalismo no Brasil, a do jornalismo feminista, que vem alavancando uma tendência mais abrangente, a dos estudos de jornalismo com perspectiva de gênero.

Questões de gênero não mobilizavam esse campo de forma significativa até bem pouco tempo, segundo Cláudia Lago, Evelyn Kazan e Manuela Thamani (2018), com base em sucessivos levantamentos realizados entre 2014 e 2016, tanto na base de artigos apresentados no Congresso anual da SBPJOR – Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, quanto em revistas qualificadas da área de Comunicação. De lá para cá, observa-se uma crescente produção dessa vertente de pesquisas, com pelo menos uma tese de doutorado, a de Anna Flávia Feldmann (2018), e nove dissertações: de Jessica Gustafson Costa (2018), Francielle Esmitz (2019), Heloisa Souza dos Santos (2019), Bibiana Garcez (2020), Jade Vilar de Azevedo (2021), Gabriela Braga Schander (2021), Camila Barros de Albuquerque (2021), Luíza Buzzacaro Barcellos (2021) e Hyvana L. Rodrigues de Sousa (2023). Destas, seis trazem estudos de caso sobre AzMina, base da pesquisa que deu origem a este artigo, evidenciando a importância do jornalismo que esta revista pratica.

Com base na leitura crítica dessas obras, em contraponto a estudos do jornalismo sobre objetividade e noticiabilidade, e na análise documental dos princípios editoriais disponíveis no portal

AzMinA, este artigo visa demonstrar que o jornalismo praticado por esta revista digital pode ser caracterizado ao mesmo tempo como engajado e especializado. Engajado porque o documento que explicita a sua linha editorial assume, publicamente, a defesa dos direitos das mulheres a partir de uma visão interseccional (que leva em conta a interação e/ou conflito de aspectos de gênero, raça/etnia e classe social); especializado porque tal opção exige uma base de conhecimento sobre diversas questões envolvendo a condição feminina, tornada ainda mais complexa quando observada a partir da perspectiva interseccional adotada pela revista.

A Revista AzMinA é um veículo jornalístico focado na cobertura de *temas diversos com recorte de gênero*. Mas não tratamos mulher como uma categoria universal e consideramos sempre as perspectivas de raça/etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero (incluimos homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias na nossa cobertura). (AzMinA, 2023, destaque nosso)

A revista digital AzMinA foi criada por um grupo de jornalistas atuantes em São Paulo em 2015, época em que “a mídia brasileira chamava feminicídio de ‘crime passionai’, ‘feminismo’ era um palavrão e as mulheres negras, indígenas, trans e lésbicas eram invisíveis para a grande mídia” (AzMinA, 2023). Desde o início, as editoras deixaram claro em suas páginas que suas pautas seguiriam um referencial não-hegemônico e não neutro, mas com tratamento estritamente jornalístico:

AzMinA se opõe a toda forma de racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia ou qualquer outro tipo de preconceito [...] seguimos normas de boas práticas de jornalismo e a legislação vigente, ouvindo os outros lados quando cabível (ver mais na sessão “denúncias de violência”), investigando e apurando os casos de violência contra mulher com responsabilidade [...] transparência, precisão e veracidade das informações publicadas em suas matérias. (AzMinA, 2023).

Trata-se de uma tendência da chamada “quarta onda” dos movimentos feministas, desencadeada no início da segunda década deste século XXI, que após enfrentarem o patriarcalismo e o determinismo biológico, convergem para a questão das identidades (e, por conseguinte, da interseccionalidade). Como destaca Schander (2021, p. 54), nesta quarta onda...

[...] predomina o uso da rede digital para disseminação de práticas de ativismo online, tais como o ciberfeminismo. Isso possibilita, dentre outras questões, que haja uma renovação do debate feminista e um alargamento do campo discursivo

à presença feminina em redes sociais, blogs, veículos de comunicação e de jornalismo – principalmente alternativos. (Schander, 2021, p. 54).

Contudo, os estudos sobre a visibilidade do feminismo na mídia demoraram a tensionar o jornalismo como uma prática orientada pelo *ethos* masculino em todos os seus processos decisórios, como fez Márcia Veiga da Silva (2010). Em sua investigação sobre os processos de produção jornalística em uma emissora de TV gaúcha, a pesquisadora identificou a presença de valores atrelados a gênero na estrutura e processos decisórios do jornalismo, tanto na hierarquização da empresa em relação a quem ocupava determinados cargos, como em todo o processo de produção das notícias.

Nessa linha, a autora definiu o jornalismo como “masculinista”, por operar com base em uma produção e manutenção de padrões hegemônicos historicamente associados aos valores masculinos, como competitividade (da qual resulta a ideia do “furo” jornalístico), neutralidade, força, objetividade, distanciamento, enquanto características como subjetividade, delicadeza e cooperação são atribuídas ao feminino e não são valorizadas pelas práticas jornalísticas. Essa valoração masculinista, entronizada nas rotinas da profissão e pertinente ao campo da subjetividade, não é neutra, mas é atrelada ao preceito da objetividade, como discutido adiante.

2 Os paradigmas da objetividade e da noticiabilidade

Embora não seja intrínseca ao jornalismo, a noção de objetividade é um dos preceitos mais caros ao exercício da profissão. A atenção dos jornalistas foi voltada para essas questões ainda no século XIX, no período de afirmação da razão e ascensão do pensamento positivista e da ciência como detentora das explicações do mundo (Brixius, 2006, p. 17), tendo como horizonte uma suposta verdade absoluta. É nesse contexto, em que se dá ênfase à fidelidade aos fatos, acima de qualquer visão opinativa e interpretativa, que tais pensamentos passam a se refletir nos jornais da época, influenciando a narração dos fatos de uma forma diferenciada da linguagem folhetinesca e do discurso opinativo até então dominantes.

Em busca da objetividade, os textos jornalísticos vão incorporando novos recursos narrativos, como a transcrição de falas com o uso de aspas e técnicas descritivas que permitem narrar os

fatos de forma verossímil, por exemplo. A noção de objetividade fortifica-se entre o final do século XIX e meados do século XX, quando o jornalismo incorpora métodos de produção industrial e de distribuição comercial, que dão origem a novas técnicas narrativas, como o lead e a pirâmide invertida. Desde então, a objetividade foi se configurando com uma crença nos fatos e uma descrença nos valores, supostamente inconciliáveis no jornalismo. Porém, não se pode desprezar a expectativa de objetividade e imparcialidade ainda hoje existente em relação à cobertura noticiosa (Barros, 2003).

A objetividade, associada ao preceito de verdade, assim como a imparcialidade, associada a não interferência da subjetividade no relato, estão na raiz de toda a rejeição a qualquer viés de envolvimento do jornalista (ou de veículos) com o objeto da sua cobertura. No entanto, a noção de objetividade jornalística como método, ou seja, como um conjunto de procedimentos que buscam “garantir” a qualidade e a veracidade da notícia, não é antagonista com o jornalismo comprometido com uma causa, como indicam os princípios editoriais da Revista AzMina (detalhados adiante). Embora mencione a palavra objetividade uma única vez, associada à recomendação moderada de adjetivos nas reportagens, o texto é coerente com a abordagem de Tuchman (1993), da “objetividade como um ritual estratégico”.

Esteio das rotinas produtivas do jornalismo, essa estratégia consiste em passos efetuados pelo jornalista na construção da matéria, que são: avaliação do que é ou não notícia; apresentação de provas auxiliares que complementam a fala de repórter; uso de citações, de modo a explicitar as manifestações das fontes e abstrair a presença de profissional da notícia; a estruturação da informação em ordem hierárquica, a conhecida “pirâmide invertida” (Tuchman, 1993). Já o conflito com a ideia de subjetividade nos relatos impõe refletir sobre outras possibilidades para encarar o paradigma da objetividade, como propõe Fabiana Moraes (2019), que tem trabalhado com a perspectiva de romper com o estigma de que o jornalismo precisa ser isento de subjetividade.

A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular. (Moraes, 2019, p. 209).

Como o objetivo aqui é observar a perspectiva de um jornalismo engajado em causas feministas, e entendendo que subjetividade e objetividade não são lados opostos de uma moeda, é necessário confrontar e ressignificar a objetividade nesse outro contexto, não regido pela mentalidade masculinista dominante nas redações jornalísticas. Ao analisar uma experiência de “jornalismo independente” em sua dissertação de mestrado, Jessica Gustafson Costa (2018) lançou mão do conceito de objetividade trabalhado por Donna Haraway, para quem subjetividade e objetividade caminham juntas a partir de um “lugar”, de um “corpo”, de um indivíduo, e através dos quais cada situação é lida a partir de um ponto de vista de onde parte a interpretação. Esse enfoque permite analisarmos a objetividade pretendida pelo jornalismo por outros vieses, compreendendo as nuances que cercam esse movimento de tensionar o paradigma dominante.

Para Costa (2018, p. 198), trabalhar com a objetividade a partir de um viés que considere as particularidades que circundam o olhar subjetivo é um “exercício de reflexão constante tanto sobre os enquadramentos das notícias quanto na relação com as fontes”. Isto implica não desprezar a subjetividade, mas valorizá-la “ao apostar nas nuances subjetivas que são inerentes ao trabalho [das jornalistas]”. Nessa abordagem, o indivíduo é colocado no centro do processo, considerando-se que há um significativo rompimento com a ideia de neutralidade e universalidade, pois as particularidades se sobressaem nessa construção (Silva & Moraes, 2019, p. 13):

Ao propor um jornalismo de subjetividade, incitamos uma subversão dos modos de objetivação jornalística, capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico no qual também se baseia. Nesta perspectiva, subjetivo e objetivo não se excluem, mas, antes de tudo, se complementam, apesar da maior legitimidade social conferida ao último.

A perspectiva proposta por essas autoras leva em conta os conhecimentos e as experiências anteriores que embasam as leituras, decisões e interpretações de jornalistas, bem como o olhar crítico de indivíduos sobre os acontecimentos. Tal visão opõe-se ao viés tecnicista ainda dominante no jornalismo brasileiro e que seria a salvaguarda da objetividade e da imparcialidade. No entanto, como observa Moretzsohn (2000, p. 12):

(...) essa perspectiva esquece a importância política do jornalismo e, por isso, acaba vítima de seus próprios pressupostos, não conseguindo romper o círculo vicioso da análise formalista. Perceber o jornalista estritamente como um “profissional” obediente a procedimentos predeterminados (nos termos em que, não por acaso, as empresas pretendem fazer) é um modo de reduzir sua importância e sua possibilidade transformadora.

As decisões tomadas por jornalistas em suas rotinas também são observadas pelos estudos do jornalismo a partir do que conhecemos como critérios de noticiabilidade. Gislene Silva (2005) – uma das pesquisadoras de referência no tema – propõe pensar a noticiabilidade a partir de uma sistematização de critérios que se baseiam em três instâncias: 1) critérios de noticiabilidade na origem do fato; 2) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos; e 3) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos. Cada um desses conjuntos apresenta parâmetros que guiam o processo do que será selecionado para ser noticiado e como será noticiado.

Porém, a própria ideia de “noticiabilidade” reduz o jornalismo àquele regido pelo fluxo dos acontecimentos cotidianos, que embora seja ainda o dominante e o que mais movimenta o debate público, não é excludente e muito menos antagônico com reportagens regidas por outras periodicidades não-diárias, típicas do jornalismo engajado em causas, sobretudo no ambiente digital. Neste caso, trabalha-se com referenciais ampliados de atualidade e os valores-notícia são transmutados em valores de conhecimento regidos pelo desvelamento daquilo que ainda não é de amplo conhecimento público, mesmo não sendo recente na linha do tempo.

Podemos pensar nesse movimento a partir do “saber de reconhecimento” (Ericson et al., 1987 como citado em Traquina, 2005)³, tratado como a habilidade do jornalista para identificar quais fatos e acontecimentos possuem os valores necessários a se tornarem notícias (Silva, 2005; Traquina, 2005). Alguns autores consideram este como um saber instintivo e secreto, que diferencia o jornalista de outros profissionais e de outras pessoas (Tuchman, 1993; Traquina, 2005; Correia, 2012; Baccin, 2013). Mas se substituirmos a palavra “notícia” por “pauta”, poderemos corroborar o raciocínio de Gislene Silva (2005), quando pondera que os valores atribuídos às pautas de veículos engajados são construídos a partir de conhecimentos compartilhados que se tornam direções claras a serem seguidas, ou seja, não é algo instintivo que surge do vazio, mas um conjunto de referências a partir da exposição a rotinas de construção de notícias, tal qual acontece nas redações dos veículos noticiosos.

3 Os princípios editoriais da Revista AzMina

Do ponto de vista empírico, este artigo tem como base os dados obtidos por meio de técnicas da análise documental aplicadas aos princípios editoriais da Revista AzMina, sistematizados no documento

“Quem somos” disponível em seu portal. A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar documentos com um objetivo específico, utilizando-se de fontes secundárias (relatórios, matérias jornalísticas, gravações) e/ou primárias (escritos pessoais, cartas, documentos internos) para coletar os materiais necessários (Moreira, 2005).

Para a pesquisa que precedeu este artigo, buscou-se identificar no documento os procedimentos descritos nos estudos como “rotinas jornalísticas” (apuração, redação e edição), que orientam os pressupostos de objetividade e imparcialidade dominantes no campo. O objetivo principal desse percurso metodológico foi o de identificar o *modus operandi* da revista, em termos jornalísticos, bem como o perfil profissional da equipe e das formas de financiamento desse trabalho. O passo seguinte foi confrontar essas informações com o posicionamento editorial da revista em relação às questões de gênero e interseccionalidade.

Em seus princípios editoriais, a AzMina deixa claro a sua prioridade em abordar pautas que são “ignoradas ou que não recebam o destaque necessário na grande imprensa”, trazendo “novos recortes sobre temas explorados em geral a partir do olhar masculino ou sem recorte de gênero” (AzMina, 2023).

Na Revista AzMina, todo tema é considerado assunto de mulher e de pessoas trans e não existem pautas proibidas. Porém, priorizamos o jornalismo aprofundado, crítico e investigativo em detrimento de cobrir o *hard news* – ou seja, as notícias “quentes”, de última hora, que apenas registram o que ainda está acontecendo ou o que acabou de acontecer. Se algum tema quente está pautando o debate social, buscamos ir além da notícia, trazendo análises, dados inéditos e novas visões mesmo em reportagens mais imediatas

Tal visão anti-hardnews não anula a incorporação, nas rotinas produtivas de veículos engajados em causas, de outros critérios de noticiabilidade apontados por Gislene Silva (2005, p. 96), como a “seleção hierárquica” das informações e imagens que vão compor as narrativas e das próprias histórias em um espaço de exposição, seja a página de um impresso, a tela de um site na web ou o visor de um dispositivo móvel, por exemplo. Da mesma forma que em uma organização jornalística empresarial, em veículos autodenominados independentes o processo de hierarquização também está sujeito à infraestrutura e às condições de produção disponíveis. Por exemplo: ao observar o *modus operandi* de um “portal de notícias feministas” (posteriormente identificado como o Catarinas), Jessica Costa (2018) percebeu a inexistência de uma rotina fixa de produção, ainda que houvesse regularidade nas práticas e pro-

cedimentos jornalísticos, o que para a pesquisadora abre espaço para a reflexão sobre as decisões que privilegiam o tempo para pensar e não a tendência ao furo jornalístico (Costa, 2018, p. 106).

No caso da Revista AzMina, mesmo sendo um veículo digital, com uma redação descentralizada, com jornalistas espalhadas por três regiões do Brasil, as rotinas incluem práticas fundamentais ao jornalismo, como a definição de pautas, a seleção criteriosa das fontes, coleta de dados, checagem de informação, discussões acerca das ações da revista em detrimento das reportagens, como também questões administrativas e comunicacionais. Além disso, a revista baseia seu modo de produzir notícias em manuais de apuração que são pensados além da técnica, como os *Minimanuais do jornalismo humanizado* da Ong Think Olga⁴ e o *Manual de Boas Práticas para Cobertura de Violência contra a Mulher* do portal UOL (AzMina, 2023). O que fica evidente é que os critérios de produção jornalística da revista, embora incorporem procedimentos clássicos da profissão, não podem ser explicados e analisados apenas a partir de termos conceitualmente restritos (embora universalizantes), como noticiabilidade, newsmaking e valores-notícia. Não por acaso a AzMina construiu, ao longo da sua ainda recente história, um documento em que torna público os princípios editoriais e éticos que orientam as suas práticas jornalísticas, como será visto adiante.

Ao longo da sua trajetória como uma plataforma midiática que usa “informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero”, a Revista AzMina foi incorporando novos itens descritivos e normativos à clássica página do “Quem Somos”, até configurá-la como um extenso documento (cerca de 20 telas via *pagedown*), equivalente aos princípios editoriais de veículos jornalísticos como O Globo ou Folha de S.Paulo (Aguiar & Rodrigues, 2022). Atualmente a página comporta onze tópicos a saber: equipe; quem financia o nosso jornalismo; diversidade de vozes; o que guia o jornalismo d’AzMina; política de erros; melhores práticas na apuração; denúncias de violência; questões legais; acessibilidade; republicação; interação com leitoras e leitores. Levando em conta as limitações de escopo deste artigo, serão destacados aqui apenas os aspectos que dialogam com o tensionamento proposto entre os postulados fundantes do jornalismo e os critérios de legitimação do jornalismo feminista interseccional praticado pela AzMina. Mais adiante será dado destaque à equipe como parte importante da categorização desse jornalismo como especializado e engajado.

A Revista AzMina apresenta-se como “uma publicação jornalística feminista” orientada pela “ideia de equidade entre as pessoas”. Ao longo do documento “Quem Somos”, a palavra “jornalismo” aparece 22 vezes, contra apenas duas de “notícia”. Ao descrever o que guia esse jornalismo, o engajamento em uma causa é explícito:

[...] Acreditamos que um dos deveres do jornalismo é colaborar para a construção de uma sociedade mais justa. Ao produzirmos reportagens noticiosas factualmente precisas, justas e completas, visamos alimentar debates que livrem as mulheres de todos os tipos de violência, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual. [...] Sonhamos com um mundo em que pessoas de todas as raças, classes, religiões, orientações sexuais e identidades de gênero tenham acesso a informações que as permitam lutar por (e conquistar) uma vida livre de violência e opressão. Que possam desenvolver seu máximo potencial pessoal, profissional, político, espiritual e emocional sem impedimentos. (AzMina, 2023).

Para isso, a revista adotaria o que chama de “melhores práticas na apuração”. No entanto, ao se clicar nesse tópico, não se encontra uma descrição clara do que o enunciado indica. O que aparece são as prioridades relativas à definição de pautas, os vetos a influência comercial nos conteúdos jornalísticos e uma lista de posicionamentos da revista em relação a questões de gênero e éticas, inclusive remetendo ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. O eixo de sustentação desses posicionamentos pode ser resumido no seguinte trecho:

Toda reportagem feita pela Revista AzMina partirá do princípio de que: a) o direito de escolha sobre ser mãe ou não é um direito humano básico da mulher, atualmente negado pelo governo às brasileiras; b) violência contra a mulher, em todas suas formas, não é tolerável; c) paixão, amor, ciúmes, etc. não são justificativas para a violência contra a mulher – nada é justificativa para a violência contra a mulher; d) os gêneros masculinos e femininos são construções sociais e que, independente da biologia, as pessoas devem ter sua identidade de gênero respeitada. (AzMina, 2023).

Embora o tópico “diversidade de vozes” também não seja explícito sobre o modo como as “vozes de diversas raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros” são inseridas nos processos decisórios de pauta e apuração, chama a atenção o cuidado expressado em relação às fontes de informação. A palavra “fonte” aparece 19 vezes ao longo do documento, com ênfase em dois tópicos específicos: “Regras básicas sobre fontes”; e “Sobre anonimato de fontes”. Em relação a este último:

[...] a Revista AzMina reconhece o valor jornalístico de fontes não anônimas, mas entendemos como prioridade não expor a mulher entrevistada quando ela correr perigo. Avaliamos caso a caso as consequências da exposição da identidade da entrevistada, bem como explicamos abertamente a ela tudo que pode estar envolvido, para que a escolha seja feita com consciência e informação. (AzMina, 2023).

No tópico “Regras básicas sobre as fontes”, as jornalistas da revista destacam como são feitas as escolhas das fontes, quais são priorizadas e como buscam garantir a diversidade em termos de localização, especialização, reputação e confiabilidade. Dos cinco pontos apresentados no tópico, três citam a procura e priorização de especialistas para abordar o tema, enquanto o segundo refere-se à busca por grupos e instituições “cuja atuação, história e reputação as qualificam para tratar do tema da reportagem” (AzMina, 2023). Logo, também podem ser tratados como fontes especializadas de caráter institucional. Já o tópico “Política de erros” esclarece que: “Alterações após a publicação da matéria só são feitas em caso de erro ou em caso de retirada de informação para *garantir a segurança de fonte ou pessoa entrevistada* e serão devidamente notificadas” (AzMina, 2023, destaque nosso).

A revista prioriza especialistas e fontes mulheres, além de buscar pluralidade com fontes representativas de diferentes raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros (AzMina, 2023). Outro ponto é a busca por fontes e instituições qualificadas fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, dando espaço para visões e relatos oriundos de outras regiões do país, de modo a propiciar diversidade de experiências e de narrativas. Esses critérios de escolha de especialistas e fontes faz parte de uma qualificação do feminismo dentro do espectro de um conhecimento especializado, no qual a leitura do que vem sendo tratado passa pelas questões de gênero e é codificada a partir dessa perspectiva, seja com base em um referencial de experiência dessa mulher, em caso de relatos que se entrecruzam com a vida, seja de olhares especializados (profissionais e acadêmicos), que interpretam o que é dito a partir desse lugar específico de conhecimento e vivência.

O processo de escolha das pautas e fontes pela AzMina também segue critérios pertinentes à chamada ética do cuidado. Como apontam Rogério Christofoletti e Dairan Paul (2020, s.p.), esse cuidado deve perpassar a atenção com “as fontes, com a informação, com o público e o autocuidado [com a profissão]”. Antes de ser tratada no jornalismo, a ética do cuidado passou por diversos debates dentro da teoria feminista,

como também nos campos da sociologia, filosofia e psicologia.

O trabalho que marca o início da defesa das ideias da ética do cuidado é a obra de Carol Gilligan, *In a different voice: psychological theory and women's development* (Com uma voz diferente: teoria psicológica e desenvolvimento feminino, em tradução livre), publicada em 1997. Segundo Tânia A. Kuhnen (2014), nessa obra Gilligan defende que há duas perspectivas para compreensão moral: a voz padrão da moralidade, que baseia as decisões morais na noção de justiça e é lida como uma perspectiva “masculina”; e a “voz diferente”, denominada como “feminina”, que “aponta para um modo diverso de falar sobre problemas morais, baseado na experiência da conexão com o outro, da qual resulta a atribuição de prioridade à manutenção de relacionamentos de cuidado na tomada de decisões morais” (Kuhnen, 2014, s.p.). Por meio da ética do cuidado o jornalismo feminista demonstra o compromisso com ouvir e ter um cuidado com a fonte que vai além da garantia da informação correta. Torna-se, assim, atributo de um jornalismo que se propõe a olhar para as especificidades dos acontecimentos, fenômenos e situações com mais calma, com tempo para refletir, em busca de exercer diversidade e pluralidade nas suas abordagens.

4 Jornalismo engajado e especializado

O termo “jornalismo engajado” ainda é tratado de forma difusa e dispersa em estudos sobre o jornalismo. Em alguns autores (Dornelles, 2006, 2008; Silva, 2012; Belmonte, 2017), aparece associado ao jornalismo comunitário, ao jornalismo popular, ou ao jornalismo cívico, ou seja, vinculado à participação popular ou cidadã na produção de notícias. Também é frequentemente ligado aos estudos sobre o jornalismo ambiental, defendido como uma prática engajada associada à complexidade das questões socioambientais (Aguiar, 2003; Dornelles, 2008; Belmonte, 2017, 2020; Loose, 2022). Mais recentemente, a ideia de engajamento parece indissociável das iniciativas de jornalismo alternativo e/ou independente, entendido como aquele não ligado a grupos de mídia, políticos ou empresas (Calado, 2019; Andrade & Pereira, 2020), que se expandiu significativamente no século XXI no ambiente digital.

Nessas perspectivas mais recentes, o jornalismo engajado busca expor problemas sociais que atingem diretamente grupos específicos da sociedade, explicando causas e consequências que afetam essas populações, com o objetivo de levar à reflexão, orientar e mobilizar a

sociedade para o fomento de ações resolutivas de tais problemáticas. A ideia central aí contida é a de que o jornalismo deve sair de uma posição estritamente observadora e descritiva (supostamente neutra) para assumir um lugar de orientação para ação e, a partir disso, buscar “centralizar os objetivos da prática da profissão no estímulo e esforço da cidadania, melhorando o debate público, revendo a vida pública e contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia” (Dornelles, 2008, p. 123).

No caso da Revista AzMina, a análise documental revelou que o envolvimento nas causas feministas e interseccionais acabou levando sua equipe a um acúmulo de conhecimento que torna sua prática jornalística simultaneamente engajada e especializada, capaz de produzir matérias comprometidas com a luta de enfrentamento da violência contra mulher e da violência de gênero com base em dados, documentos e fontes com autoridade de saber. Parte-se da premissa de que o diferencial desse jornalismo especializado e engajado são as suas tematizações, ou seja, a escolha do repertório de pautas e fontes privilegiadas a partir de certo recorte temático sob uma angulação específica.

Assim, enquanto revistas tradicionalmente voltadas para o público feminino, como Cláudia, Nova, Marie Claire, Glamour, entre outras, gravitam suas pautas em torno de moda, beleza, gastronomia (em substituição a culinária), relacionamentos e carreira profissional, publicações que adotam uma perspectiva feminista ou “de gênero” orientam seu foco editorial pelos direitos humanos das mulheres e as “desigualdades estruturais” que as afetam (Nalvarte, 2021 como citado em Aguiar & Rodrigues, 2022)⁵.

De acordo com Frederico Tavares (2007, 2009, 2012), o jornalismo especializado começa a se configurar no Brasil a partir da década de 1950, com uma função mais explicativa do que noticiosa, se comparado aos modelos de jornalismo informativo e opinativo consolidados até então. Ele surge no jornal impresso também como forma de organização da produção e enquadramento do noticiário em eixos temáticos, segundo Mário Erbolato (1981), primeiro autor brasileiro a sistematizar em livro as práticas do jornalismo especializado nos jornais diários do início da década de 1980 (que ele chama de “imprensa de informações gerais”). Contudo, este autor exclui da sua abordagem veículos dedicados exclusivamente a assuntos específicos (economia, cultura, esportes etc.), que hoje são inseparáveis de qualquer enfoque sobre jornalismo especializado, independentemente da plataforma em que seja veiculado (imprensa, sonora, audiovisual e digital).

Ao listar quinze especializações, Erbolato (1981) baseou-

se tanto na organização da produção em editorias e seções, quanto em temas que exigem do jornalista algum conhecimento específico, sem esboçar uma distinção entre essas categorias. No entanto, hoje observamos que os recortes temáticos – base do que se entende como categorias do jornalismo especializado – são trabalhados com diferentes gêneros narrativos do jornalismo em circulação, nos quais encontramos diferentes formas de leitura de mundo e produção de sentidos, sejam elas mais amplas e aprofundadas ou objetivas/factuais, pois as leituras especializadas não são feitas apenas em grandes reportagens, mas também em matérias e artigos mais concisos. Essas diferentes leituras atrelam-se a uma outra forma de se relacionar com o social e às suas manifestações, que se materializam em produções jornalísticas específicas (Tavares, 2007).

O jornalismo especializado empenha-se, assim, em buscar os fundamentos dos quais derivam os acontecimentos, em um processo de ir além do fato e explorar as problemáticas que cercam certos temas relevantes para a nossa sociedade, trazendo à luz fatores que por vezes não são explorados ou associados a questões que estão presentes na realidade cotidiana das populações, além de ser um agente explicador daquilo que noticia. É como se a partir desse olhar atento e especializado viessem à tona “[...] certos ‘acontecimentos invisíveis’ que permeiam a sociedade e que são fundamentais em sua constituição” (Tavares, 2007, p. 47). Tais aspectos, resultantes de uma série de processos e contingências anteriores, em geral não são percebidos (ou tratados) devido ao foco exclusivo no acontecimento presente dos relatos factuais do jornalismo diário.

Um dos indicadores da especialização de um veículo jornalístico é a terminologia utilizada para o enquadramento das suas matérias e outros conteúdos complementares. No seu “Quem Somos”, a AzMina esclarece que as suas editorias “são decididas conjuntamente pela equipe da redação e passam por revisões esporádicas, podendo ser questionadas ou alteradas a qualquer momento”. No início de 2023, tais editorias eram: Política, Violência, Saúde, Feminismos, Comportamento, Cultura, Dinheiro, Esporte e Maternidade. Embora os três primeiros termos sejam utilizados de forma recorrente em veículos noticiosos diários, a pesquisa que antecede este artigo (Sousa, 2023) evidenciou a sua vinculação estrita às causas feministas sob a perspectiva interseccional.

Um outro atributo fundamental do jornalismo especializado (quanto mais se engajado) é o grau de especialização da equipe de jornalistas na temática em questão. Jornalistas especialistas compreendem as dinâmicas e especificidades de cada temática que

abordam, tanto a partir da experiência prática acumulada nas coberturas quanto por eventuais capacitações em cursos de atualização e especialização. No caso do jornalismo político, por exemplo, o jornalista precisa estar inteirado do cenário político presente, mas também dos seus antecedentes (background histórico), das articulações entre parlamentares e as negociações entre esses e governos, as divisões partidárias, entre outras ações sobre as quais o jornalista só tem conhecimento se estiver imerso nesse meio, atento ao que acontece. É essa imersão que permite desenvolver as habilidades necessárias para a prospecção de pautas e de fontes que fazem a diferença na cobertura jornalística de um veículo especializado e engajado. Porém, é na formação da equipe que ele começa a se diferenciar.

5 Perfil das jornalistas engajadas da AzMina

Ao analisar a formação jornalística e suas especialidades, Frederico Tavares (2012) traz os estudos da pesquisadora espanhola Montserrat Quesada Pérez, para quem a diferença entre jornalista especializado e o que ela nomeia como “jornalista generalista” se dá nos aspectos da sua formação acadêmica e profissional, na sua atitude frente à informação, na relação com as fontes e na metodologia de trabalho. No caso das jornalistas feministas, um eventual ativismo pode se somar ao repertório de conhecimento e à sua bagagem profissional acumulados ao longo da carreira. Mas isto não é obrigatório, como fica evidente nas informações disponíveis sobre as jornalistas que formam a equipe fixa da revista, composta por 19 profissionais de diferentes áreas, sendo nove jornalistas e uma estudante de jornalismo (até a data de conclusão deste artigo, em março de 2023).

Por meio da análise do material disponível no Quem Somos (2023), observamos que a Revista AzMina defende que uma cobertura jornalística diversa começa com a composição de uma equipe diversa. “Hoje, nossa turma é formada por 24 pessoas localizadas em cinco estados, sendo 75% de pessoas não-brancas, 39% LGBTQIA+ e 29% de jovens (com menos de 24 anos)”. Mas para a finalidade deste artigo serão levadas em conta apenas a formação acadêmica e a trajetória profissional da equipe de jornalistas.

Apenas uma jornalista não informou qualquer formação após a graduação; três possuem especialização; duas são pós-graduandas; quatro fizeram mestrado e uma cursou doutorado, mas ainda não

havia defendido a tese (considerando-se mais de uma opção para cada). As áreas dessas formações são diversas: Administração (duas), Antropologia, Comunicação e Cultura (duas), Filosofia e Autoconhecimento, Jornalismo Cultural, Mídias Criativas e Relações Governamentais. Duas especializações merecem destaque pela ênfase dada pela revista à relação entre Jornalismo e Tecnologias: uma em Jornalismo de Investigação, Dados e Visualização pela Universidad Rey Juan Carlos (Espanha); outra em Jornalismo de Dados, Automação e Data Storytelling no Insper (São Paulo). Ainda no quesito formação, ressalte-se que apenas uma das jornalistas não indicou algum idioma estrangeiro. Todas as demais informaram o domínio de inglês, quatro mencionaram também o espanhol e duas acrescentaram o francês, o que aponta para a possibilidade de uma inserção internacional da Revista AzMina.

Em termos de trajetória profissional chama a atenção um grupo de jornalistas da Bahia que atuaram nos dois principais jornais do estado, A Tarde e Correio, além do portal iBahia e do telejornalístico Bahia Notícias; uma delas cruzou a fronteira como correspondente regional do Portal Terra, do Zero Hora e da Rádio Gaúcha, todos com sede em Porto Alegre. No percurso das demais, há uma variedade de veículos *mainstream*, como os jornais Folha de S.Paulo, Estadão, O Globo, El País e Valor Econômico; as TVs Bandeirantes, Record e RedeTV; as revistas Época, IstoÉ, Piauí e as femininas Marie Claire e Cláudia, Trip e TPM. Uma das gerentes de jornalismo destaca-se pelas colaborações a vários outros veículos nativos digitais além d’AzMina: Agência Pública, Repórter Brasil, Projeto Colabora, The Intercept Brasil, Marco Zero Conteúdo. Mas também são citados por outras jornalistas o Canal Meio, Aos Fatos e Núcleo Jornalismo.

Essas trajetórias ajudaram a construir as expertises que essas jornalistas agora aplicam nas atividades profissionais que exercem na revista. O jornalismo de dados aparece associado a gerenciamento de projetos e às chamadas “metodologias ágeis”, tecnologia e inovação; também ao jornalismo investigativo com uso de dados públicos abertos, transparência pública, legislação em direitos humanos e cobertura de pautas sobre questões de gênero, saúde e bioética. Nesse conjunto de competências incluem-se duas premiações: o prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados e o do Global Health Reporting Contest 2018 (ICFJ) por uma reportagem sobre aborto. Um outro conjunto de habilidades converge para a crescente adoção de narrativas multimídia pela Revista AzMina, que mobiliza roteirização, direção e edição de vídeo-reportagens, documentários para a internet e podcasts.

Em termos de conteúdos, destacam-se habilidades que interessam às causas feministas, como: cobertura de eleições, monitoramento de casas legislativas e gerenciamento de crises; cobertura política com foco em tecnologia e redes sociais; investigação e análise de dados relacionados a direitos humanos, combate à violência contra a mulher e violência política de gênero; sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. Mas também chama a atenção a ausência de referências a qualquer formação ou interesse relacionado a questões de interseccionalidade.

Além de jornalistas graduadas na área, ou seja, com conhecimento basilar das práticas e teorias jornalísticas, as profissionais demonstram proximidade com movimentos sociais, com a teoria e os movimentos feministas, além de familiaridade com as pautas que circulam nesses movimentos, o que naturalmente as leva a um posicionamento feminista no seu exercício profissional. É esse conhecimento específico que, atrelado às dinâmicas do jornalismo, oferece para as profissionais as ferramentas que orientam as escolhas de pauta, os formatos de narrativa, o uso de recursos visuais e outras características técnicas. Assim, conseguem dar visibilidade a pautas e angulações que anteriormente só circulavam nos coletivos feministas e informar com clareza, a partir de uma perspectiva crítica, de modo a levantar o debate sobre questões que não costumam pautar o jornalismo empresarial.

6 Conclusões

A Revista AzMina, que tem como slogan “Jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero”, é uma publicação nativa digital que possui um posicionamento abertamente em defesa dos direitos das mulheres, o qual exerce por meio do que autodenomina “jornalismo feminista” sob a perspectiva interseccional. Por meio de ampla pesquisa, resumida neste artigo, foi possível identificar atributos que permitem categorizar sua atuação tanto como um jornalismo especializado, que demanda conhecimentos específicos e atualizados sobre a condição de gênero e os direitos das mulheres no Brasil, quanto engajado no combate à violência e na defesa desses direitos.

Como os dados sobre os princípios editoriais da revista e sua equipe demonstram, o jornalismo engajado e especializado evidencia um posicionamento social por meio da apuração, produção e veiculação de informações baseadas em conhecimento e experiência acumulados. Tal prática rejeita o papel de mero observador alheio e

instiga a consciência social no relato dos fatos; uma consciência de que o jornalismo e sua cobertura fazem parte da construção do mundo social e de que a forma como esses fatos são narrados influencia a maneira como as histórias são lidas, como os personagens são vistos e como uma realidade pode ser modificada.

Por se tratar de um veículo de jornalismo especializado e engajado, os critérios de noticiabilidade utilizados são adaptados a uma dinâmica de pautas temáticas, visando à produção de reportagens especiais que tratam a atualidade como “gancho”, ou seja, oportunidade para abordar certos temas jornalisticamente com tempo para aprofundamento das informações. Nessa orientação editorial, a objetividade não é guiada por uma ação mecanicista de relatos factuais e sim tratada como método de construção narrativa (modos de organizar e narrar as informações), baseado em dados contextuais dos acontecimentos e relatos de experiências das fontes humanas coletados no processo de apuração. Mas não há imparcialidade na escolha das fontes, já que a revista prioriza ouvir mulheres e pessoas de grupos marginalizados, rompendo assim com os referenciais masculinistas costumeiramente privilegiados no jornalismo.

A diversidade da equipe e a formação das jornalistas é um ponto crucial no desenvolvimento desse modelo jornalístico engajado e especializado d’AzMina, pois a partir do conhecimento e da experiência profissional acumulados as profissionais desenvolvem expertises e trazem para a profissão uma leitura de mundo atenta e diversa, que é agregada às rotinas produtivas da revista. Tais trajetórias desmontam a falsa dicotomia entre o jornalismo profissional exercido em empresas de comunicação com fins de lucro e as práticas igualmente profissionais de um crescente número de experiências jornalísticas nativas digitais no Brasil.

NOTAS

- 1 Dissertação de mestrado desenvolvida com bolsa Capes e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe em 2023.
- 2 Levantamento realizado pela Agência Pública de jornalismo investigativo, disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

- 3 Ericson, R. V., Baranek, P., & Chan, J. B. L. (1987). *Visualizing Deviance: A Study of News Organizations*. University of Toronto Press.
- 4 Propostos como um conjunto de ferramentas para ajudar a imprensa a “ser melhor” (<https://thinkolga.com/ferramentas/>), cada qual abordando um tema específico, como “racismo”, “estereótipos nocivos”, “violência contra a mulher”, “aborto”, “lgbt+”, “jornalismo esportivo”, “pessoas com deficiência”...
- 5 Nalvarte, P. (2021, 25 de agosto). *Meios feministas na América Latina ampliam vozes do ecossistema de imprensa ao reportar com uma perspectiva de gênero*. LatAm Journalism Review. Recuperado de <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/meios-feministas-na-america-latina-ampliam-vozes-do-ecossistema-de-imprensa-ao-reportar-com-uma-perspectiva-de-genero/>

REFERÊNCIAS

Aguiar, S. (2003). Formação da cidadania: comunicação e informação da sociedade. In C. F. Loureiro (Org.), *Cidadania e Meio Ambiente* (pp. 131-164). Centro de Recursos Ambientais.

Aguiar, S., & Rodrigues, H. (2022). Princípios editoriais de um jornalismo engajado: O caso da revista digital feminista AzMina. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. Recuperado de <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/principios-editoriais-de-um-jornalismo-engajado-o-caso-da-revista-digital-femini>

Albuquerque, C. B. (2021). *A produção digital feminista: Uma análise dos conteúdos e das estratégias de divulgação da Revista AzMina nos seus canais de comunicação online* [dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova.

Andrade, S., & Pereira, F. (2020). Mídia Ninja: Engajamento, emoção e vínculo na arena da comunicação. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 19(55), 99-117. Recuperado de www.cchla.ufpb.br/rbse/Art-6_Dossie_Resumo_RBSEv19n55abril2020.pdf

Azevedo, J. V. (2021). *Quando AzMina falam: Um estudo de caso sobre o jornalismo feminista, digital e interseccional na Revista AzMina* [dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB.

AzMina, R. D. (2023). *Quem Somos*. Recuperado de <https://azmina.com.br/revista-azmina/>

Baccin, A. N. (2013). Mudanças estruturais no jornalismo: resgatando os clássicos para entender a construção dos acontecimentos nas redes. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. Recuperado de <https://conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/schedConf/presentations>

Barcellos, L. B. (2021). “*Não é ativismo, é jornalismo*”: *Os feminismos do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero* [dissertação de mestrado, Unisinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.

Barros, C. (2003). *Ética na comunicação*. Summus.

Belmonte, R. V. (2017). Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira da História da Mídia*, 6(2), 110-125. Recuperado de <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>

Belmonte, R. V. (2020). *O Jornalismo ambiental: Três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso* [tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital UFRGS.

Brixius, L. J. (2006). *Objetividade jornalística: Um estudo a partir das rotinas de produção das editorias de política de Zero Hora e Correio do Povo* [dissertação de mestrado, Unisinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.

Calado, K. (2019). *Narrativas jornalísticas na mídia independente: Vozes, temáticas e estratégias argumentativas* [tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Digital da UFPE.

Christofoletti, R., & Paul, D. (2021, 14 de abril). *O jornalismo cuidadoso salva vidas*. Coletiva. Recuperado de www.coletiva.org/dossie-cuidado-n29-artigo-o-jornalismo-cuidadoso-salva-vidas

Correia, J. C. (2012). A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In I. F. Cunha, A. Cabrera & J. P. Sousa (Orgs.), *Pesquisa em Mídia e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina* (pp. 80-105). LabCOM.

Costa, J. G. (2018). *Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo* [dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC.

Dornelles, B. (2006). Imprensa “engajada” en movimientos comunitários. *Redes.com: revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación*, (3), 369-376. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3664957>

Dornelles, B. (2008). O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. *Brazilian Journalism Research*, 1(1), 121-131. DOI: 10.25200/BJR.v4n2.2008.167

Erbolato, M. (1981). *Jornalismo Especializado*. Atlas.

Esmitz, F. (2019). *Jornalismo feminista: Uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas* [dissertação de mestrado, Unisinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.

Feldmann, A. F. (2018). *Feminismo em pauta: Um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo* [tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.

Garcez, B. (2020). *O jornalismo alternativo atento às mulheres: Uma análise dos portais brasileiros Revista AzMina e Gênero e Número* [dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC.

Kuhnen, T. A. (2014). A ética do cuidado como teoria feminista. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Recuperado de www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf

Lago, C., Kazan, E., & Thamani, M. (2018). Jornalismo e Estudos de Gênero: E a interseccionalidade, onde está? *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Recuperado de www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1779-1.pdf

Loose, E. B. (2022). Jornalismo engajado? A cobertura das greves pelo clima em veículos não hegemônicos do Brasil. *Revista Interin*, 27(1), 101-119. DOI: 10.35168/1980-5276.UTP.interin.2022.Vol27.N1.pp101-119

Moraes, F. (2019). Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *Revista Extraprensa*, 12(2), 204-219. DOI: 10.11606/extraprensa2019.153247

Moreira, S. V. (2005). Análise documental como método e como técnica. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 269-274). Atlas.

Moretzsohn, S. (2000). "Profissionalismo" e "objetividade": O jornalismo na contramão da política. *Anais do Encontro Anual da COMPÓS*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recuperado de <https://proceedings.science/compos/compos-2000/trabalhos/profissionalismo-e-objetividade-o-jornalismo-na-contramao-da-politica?lang=pt-br#>

Santos, H. S. (2019). *Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista: Análise do Think Olga e Revista AzMina* [dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"]. Repositório Institucional Unesp.

Schander, G. B. (2021). *Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: Construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da*

Revista AzMina [dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC.

Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em jornalismo e mídia*, 2(1), 95-107. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830>

Silva, M. V. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo: Um estudo sobre os modos de produção das notícias* [dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital UFRGS.

Silva, M. V., & Moraes, F. (2019). A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: A subjetividade como estratégia descolonizadora. *Anais do Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recuperado de <https://proceedings.science/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora>

Silva, R. (2012). O papel social do jornalismo cívico e a interação midiática entre o jornalista e as minorias sociais. *Revista de Ciências Humanas*, 12(1), 52-65. Recuperado de www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/13169/1/artigo5vol12-1.pdf

Sousa, H. L. R. (2023) *Jornalismo feminista, especializado e engajado: Um estudo de caso da Revista AzMina* [dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Sergipe.

Tavares, F. M. B. (2007). O Jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea. *Em Questão*, 13(1), 41-56. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/1990>

Tavares, F. M. B. (2009). O jornalismo especializado e a especialização periodística. *Revista Estudos em Comunicação*, (5), 115-133. Recuperado de www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf

Tavares, F. M. B. (2012). A especialização jornalística como teoria e objeto: Contornos e limites. *Revista Comunicação Midiática*, 7(1), 96-116. Recuperado de www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/302

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.

Tuchman, G. (1993). A objetividade como ritual estratégico. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Teorias, questões e "estórias"* (pp. 131-164). Veja.

HYVANA RODRIGUES. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Colaboração no artigo: concepção e desenho do estudo; aquisição, análise e interpretação dos dados; discussão dos resultados; redação do manuscrito; revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: hyvanarodrigues@gmail.com

SONIA AGUIAR. Pós-doutora em Geografia Regional (PPGeo-UFF), com doutorado em Comunicação/Ciência da Informação pelo convênio ECO-UFRJ/ IBICT; mestrado em Comunicação (ECO-UFRJ) e graduação em Jornalismo (UFF); autora do livro *Territórios do Jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil* (Vozes/PUC-Rio, 2016); professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Colaboração no artigo: concepção e desenho do estudo; discussão dos resultados; redação do manuscrito; revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: saguiar.ufs@uol.com.br

FINANCIAMENTO: este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001.

Um dos pareceres utilizados na avaliação deste artigo pode ser acessado em <https://osf.io/68usq> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.